

## A prova da existência de Deus em Anselmo

Autor: Sávio Laet de Barros Campos.  
Bacharel-Licenciado e Pós-Graduado em  
Filosofia Pela Universidade Federal de Mato  
Grosso.

### *Introdução: vida e obra*

Reza antiga tradição que Anselmo nasceu em Aosta, região de fronteira com a Suíça, em 1033. Contra a vontade do pai, ingressou na vida monástica e rumou para Paris, onde veio a tornar-se monge beneditino, no mosteiro de Bec. Educado nas ciências pelo prior Lanfranco, ao qual sucedeu no mesmo mosteiro em 1063, foi durante o interregno do seu priorado que ele pôde desenvolver, de forma mais intensa, a sua atividade filosófica, compondo neste período as suas obras-primas. Já abade do mosteiro, com a morte do seu antigo mestre, Anselmo foi sagrado Arcebispo de Cantuária. Como Arcebispo, teve que se envolver em querelas intermináveis para defender a primazia do poder espiritual sobre o temporal. Veio a falecer em 1109.

No presente texto, procuraremos seguir Anselmo, antes de tudo, em seu *Monologium*, onde nos propõe provar a existência de Deus. Todavia, para podermos começar a nossa exposição, mister é destacarmos algumas peculiaridades da obra. O *Monólogo* é uma meditação escrita por Anselmo a pedido de seus irmãos de hábito e versa sobre a essência divina. Seus confrades, cientes da sua estatura intelectual, posto que já o tinham ouvido discorrer sobre temas teológicos profundíssimos, pediam, agora, para que ele os transcrevesse. Neste intuito, elaboraram um plano de trabalho ao qual Anselmo deveria manter-se fiel. Ei-lo, sinteticamente: sem recorrer à fé ou à revelação, demonstrar, unicamente pela razão, as verdades da fé nas quais todos já criam com devoção. Exigiram-lhe, ademais, simplicidade e clareza lógica, a fim de que todos pudessem entender o seu escrito e apreender a verdade nele contida.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> ANSELMO. *Monólogo*. 2ª ed. Trad. Angelo Ricci. São Paulo: Abril Cultural, 1979. *Prólogo*: “Alguns irmãos de hábito pediram-me muitas vezes e com insistência para transcrever, sob forma de meditação, umas idéias que

Nosso filósofo mostrou-se reticente num primeiro momento, mas fora vencido pela persistência dos irmãos. Procurou, então, desenvolver a obra num espírito de ortodoxia e fidelidade aos Padres da Igreja, máxime a Agostinho. Não tinha a pretensão de ser inovador e queria que a sua obra fosse julgada pelo crivo do *De Trinitate* do Bispo de Hipona.<sup>2</sup> Anselmo procede da seguinte forma: estabelece, antes de qualquer coisa, a existência do *sumo bem*; em seguida demonstra a existência de um *ser supremo*; prova, afinal, que este *sumo bem* se identifica com o *ser supremo*; por fim, esclarece que existe apenas um *ser supremo*. Em outra obra, o *Proslogion*, arremata o argumento, dizendo que este ser é tal que dele não se pode pensar nada maior. Ora, sendo a existência um bem, e, sendo o *ser do qual não se pode pensar nada maior* idêntico ao bem supremo, segue-se que o *ser do qual não se pode pensar nada maior* existe, necessariamente, no pensamento e na realidade, pois existir no pensamento e na realidade é maior do que existir somente no pensamento. Sendo assim, o *ser do qual não se pode pensar nada maior* não pode não existir e nem ser pensado como não existente; fosse diferente, ele não seria o *ser do qual não se pode pensar nada maior*, pois lhe faltaria a perfeição da existência. Reproduziremos, sucintamente, a objeção de Gaunilo – confrade de Anselmo – ao argumento do *Proslogion*, bem como, concisamente também, nos esmeraremos por explicar a resposta de Anselmo à referida objeção. Seguir-se-ão as considerações finais do texto.

Passemos, por isso, à consideração do argumento de Anselmo acerca do *sumo bem*.

### 1. A existência do Sumo Bem

Ele começa com a suposição de que exista alguém que, por nunca ter ouvido falar ou por não acreditar, ignore a existência de uma natureza superior a tudo, natureza esta que, segundo Anselmo, existe por si e é boa em si, e que concede, ademais, o ser e a bondade a

---

lhe havia comunicado em conversação familiar, acerca da essência divina e outras questões conexas com esse assunto. (...) estabeleceram o método seguinte: sem, absolutamente, recorrer, em nada, à autoridade das Sagradas Escrituras, tudo aquilo que fosse exposto ficasse demonstrado pelo encadeamento lógico da razão, empregando argumentos simples, com um estilo acessível, para que se tornasse evidente pela própria clareza da verdade.”

<sup>2</sup> *Idem. Ibidem*: “Ao examiná-lo repetidas vezes, nada encontrei que esteja em discordância com os escritos dos padres católicos e maximamente com os de Santo Agostinho. Por isso, se alguém tiver a impressão de que, neste opúsculo, alguma coisa pareça demasiadamente nova ou que não esteja de acordo com a verdade, rogo-lhe não tachar-me, precipitadamente, de inovador presunçoso ou assertor da falsidade. Leia primeiro o tratado *De Trinitate* do citado Santo Agostinho, e, depois, julgue meu opúsculo segundo essa obra.”

tudo mais que existe.<sup>3</sup> Agora bem, sendo este alguém desconhecedor destas realidades nas quais o cristão crê firmemente, pensa Anselmo que se poderia convencê-lo da existência delas somente pela razão.<sup>4</sup> Com efeito – segundo o Arcebispo de Cantuária – há várias maneiras de se fazer tal persuasão racional; porém, ele indica apenas uma, por julgar ser a mais fácil.<sup>5</sup>

É patente que todos nós desejamos fruir das coisas que julgamos boas. Assim sendo, é evidente também que a nossa mente, em alguma oportunidade, perguntará sobre a origem da bondade das coisas. Nem poderia ser de outro modo, visto que, se todos queremos fruir das coisas boas, é natural que busquemos a fonte máxima desta bondade, qual seja, o sumo bem (*summe bonum*). Ora, é a partir desta procura, que se dá mediante uma reflexão acerca do termo último das nossas aspirações, que a razão é conduzida até Deus.<sup>6</sup>

Agora bem, comecemos com a seguinte interrogação: ante uma imensa diversidade de bens que os sentidos nos apontam e que a nossa razão nos faz discernir, há um único bem pelo qual todas as coisas são boas, ou, ao contrário, cada uma delas é boa por um motivo diverso?<sup>7</sup> Ora, quem está atento à realidade consegue atestar que, em todas as coisas entre as quais se estabelece uma relação de *mais* ou de *menos*, existe algo *em comum*. Aliás, é por este algo *em comum* que se pode estabelecer entre elas certa *congruência* de *igualdade* e *desigualdade*.<sup>8</sup> Com efeito, não se pode falar de coisas diversamente justas, sem falar, antes, na própria *justiça*, que existe, pois, *indiferentemente*, nas coisas *diferentemente* justas. Caso não existisse a justiça, tampouco existiriam coisas justas; todavia, como existem coisas justas, pode-se afirmar com exatidão que existe a justiça.<sup>9</sup>

<sup>3</sup> *Idem. Ibidem.* I: “Se houvesse alguém que, pelo fato de nunca ter ouvido falar nisso ou por não acreditar, ignorasse existir uma natureza superior a tudo o que existe – a única suficiente em si mesma, em sua felicidade, e que concede, por sua bondade, à criatura ser aquilo que é, permitindo-lhe, inclusive, ser boa sob certo aspecto (...)”.

<sup>4</sup> *Idem. Ibidem.* “(...) penso que tal pessoa, embora de inteligência medíocre, possa chegar a convencer-se, ao menos em grande parte, dessas coisas, usando apenas a razão.”

<sup>5</sup> *Idem. Op. Cit.* “E poderá fazê-lo de várias maneiras. Eu lhe indicarei apenas uma, que acho ser a mais fácil.”

<sup>6</sup> GILSON, Etienne. **A Filosofia Na Idade Média**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 294: “De fato, desejamos desfrutar do que é bom; portanto, é quase inevitável e, em todo caso, bastante natural, que cheguemos a nos perguntar de onde provêm todas essas coisas que julgamos boas. É essa reflexão tão natural sobre o conteúdo de nossa vida interior e sobre o objeto de nosso desejo que vai nos conduzir a Deus.”

<sup>7</sup> ANSELMO. **Monólogo**. I: “Como há um número imenso de bens, cuja múltipla diversidade experimenta-se pelos sentidos corpóreos e discerne-se pela razão, será que devo acreditar que existe um ser único pelo qual, somente, são boas todas as coisas que são boas, ou, ao contrário, umas delas são boas por um motivo e, outras, por outro motivo?”

<sup>8</sup> *Idem. Ibidem:* “Para qualquer um que queira prestar atenção, é certo e evidente que todas as coisas, entre as quais haja alguma relação de mais ou de menos ou de igualdade, são assim em virtude de “algo” que não é diferente, mas o mesmo, em todas elas, não interessando se aquilo que se encontra nas coisas esteja em proporção igual ou desigual.”

<sup>9</sup> *Idem. Ibidem:* “(...) todas as coisas que são ditas justas entre si ou, mais ou menos justas, em relação às outras, não podem ser entendidas dessa forma a não ser em relação à justiça, que não é algo diferente nas diferentes coisas.”

O mesmo que se disse a respeito da justiça, pode-se dizer da *bondade*. Quando comparadas ente si, todas as coisas se apresentam boas: ou no mesmo grau ou em grau diverso. Contudo, todas elas possuem algo *em comum*, a saber, a própria *bondade*, que existe, *indiferentemente*, em todas elas: ou por um motivo ou por outro.<sup>10</sup> Assim o cavalo é bom por ser forte e veloz. Porém, é fato que a força e a velocidade não são boas *em si* mesmas. De fato, o que diríamos de um ladrão que fosse forte e veloz? Seriam estas qualidades boas neste ladrão? Não, certamente, uma vez que, no ladrão, ao contrário de no cavalo, estas qualidades não seriam nem úteis, nem honestas. Desta feita, nem a velocidade, nem a força têm em si mesmas a razão de sua bondade, já que estão subordinadas a outros bens (utilidade e honestidade) dos quais decorrem a sua bondade. Ademais, pode acontecer que algo que seja útil e honesto numa circunstância, torne-se mau n’outra. Assim, temos que a utilidade e a honestidade são ainda bens relativos. Por isso, importa dizer que “(...) tudo o que é útil e honesto, se realmente é bom, é bom por aquilo pelo qual é bom tudo o que é bom”<sup>11</sup>. Donde termos que voltar ao ponto de partida: o que, de fato, é *bom em si mesmo*, e que, por isso mesmo, é a razão última da bondade de todas as coisas? Que grande bem seria este pelo qual todas as coisas são boas?

Antes de mais nada – segundo já dissemos – este bem deverá ser *bom por si mesmo*, uma vez que todos os demais bens deverão ser bons por ele. De fato, os outros bens, que não têm em si a razão da sua bondade, deverão ser bons somente na medida em que receberem dele, que é um bem *em si* mesmo, a sua bondade. Outrossim, por ser *bom por si mesmo*, deve ser também *soberano*, pois se diz soberano somente daquilo que é *por si* mesmo. Além disso, aquele *bem que é por si mesmo bom*, deverá ser imensamente *maior* do que aqueles bens que só o são em virtude dele, pois o “(...) bem que deriva de outro não é igual ao que é bom em si, nem maior do que ele”<sup>12</sup>. Sem embargo, os demais bens, que não são bons senão mediante aquele bem que é *bom em si mesmo*, não são bens supremos, pois o “Único bem supremo só será (...) aquele que é soberanamente bom por si (...)”<sup>13</sup>.

Portanto, este bem deverá ser *soberano* e *supremo*: *soberano*, porque é bom *por si* mesmo; *supremo*, porque sendo a fonte de todos os demais bens, deverá ser *maior* do que todos eles, já que supremo só se diz daquilo que é absolutamente superior a tudo: “(...)

---

<sup>10</sup> *Idem. Ibidem*: “Sendo, portanto, certo que todas as coisas, quando comparadas entre si, apresentam-se boas no mesmo grau ou em grau diferente, é necessário que elas sejam boas por um ‘algo’ que é o mesmo em todas, embora às vezes pareçam sê-lo umas por um motivo e, outras, por outro.”

<sup>11</sup> *Idem. Ibidem*

<sup>12</sup> *Idem. Ibidem*

<sup>13</sup> *Idem. Ibidem*

somente aquilo que supera aos outros de tal maneira a não ter nem igual nem superior é supremo (...)”<sup>14</sup>. De resto, é a este soberano bem que convirá atribuir a *suma grandeza* entre os seres, porque por soberano entendemos o que é *por si*; ora, o que é *por si* é *maior* do que aquilo que não é. Logo, “(...) o que é soberanamente bom também é soberanamente grande”<sup>15</sup>. Destarte, este *bem em si* deverá ser: *soberano*, por ser bom *por si*; *supremo*, porque existe *por si* e o que existe *por si* é infinitamente *superior* a tudo o que não existe *por si*; *grande*, porque tudo o que é *supremo* é *sumamente grande*: “Existe, então, alguma coisa que é soberanamente grande, vale dizer, sumamente superior a todas as outras que existem”<sup>16</sup>. Por fim, ante estes atributos de exclusividade, o bem supremo, em virtude destes mesmos atributos, deve ser necessariamente único.

Passemos a considerar a existência de um ser supremo.

## 2. A existência de um ser supremo, princípio único de todas as coisas que são

Anselmo aduz que não somente tudo o que é bom e grande procede de uma só e mesma coisa, mas também que a existência de todas as coisas remonta a um *princípio único*: “(...) não apenas tudo o que é bom e grande é assim em virtude de uma única e mesma coisa, mas parece também que tudo o que existe exista devido a uma única e mesma coisa”<sup>17</sup>. Com efeito, tudo o que existe: ou provém de algo ou deriva do nada. Ora, decerto que não pode provir do nada, pois “(...) o nada não pode gerar nada (...)”<sup>18</sup>. Logo, “(...) tudo o que existe só pode existir por algo”<sup>19</sup>. Sendo assim, ou as coisas são geradas por uma causa única ou por muitas.<sup>20</sup> Mas se forem por muitas: ou estas convergem a um único princípio ou existem por si mesmas ou, ainda, criaram-se mutuamente.<sup>21</sup> Agora bem, se se reduzem a um único

---

<sup>14</sup> *Idem. Ibidem*

<sup>15</sup> *Idem. Ibidem*

<sup>16</sup> *Idem. Ibidem*

<sup>17</sup> *Idem. Ibidem. III.*

<sup>18</sup> *Idem. Ibidem*

<sup>19</sup> *Idem. Ibidem*

<sup>20</sup> *Idem. Ibidem*: “(...) tudo o que existe é gerado: ou por uma causa só ou por muitas.”

<sup>21</sup> *Idem. Ibidem*: “Se por muitas, elas, ou convergem num princípio único pela qual todas existem, ou existem por si, ou criaram-se mutuamente.”

princípio, a sua origem também não é múltipla, mas una.<sup>22</sup> Ademais, se existe cada uma por si mesma, deve existir uma força ou natureza em comum em virtude da qual todas existam por si mesmas, e, conseqüentemente, também existirão por uma causa única, a saber, aquela virtude ou natureza pela qual existem por si mesmas.<sup>23</sup> Por fim, não poderão as causas criar-se mutuamente, visto que seria irracional supor que “(...) algo possa ser gerado por aquilo a que deu o ser”<sup>24</sup>. Destarte, refletindo sobre todas estas hipóteses, chegamos à conclusão de que todas as coisas provêm de um princípio único, sem o qual não poderiam subsistir.<sup>25</sup>

Por isso, esta causa única da qual todas as coisas são geradas é a única que existe *por si*, ou seja, todas as outras existem em virtude dela.<sup>26</sup> Agora bem, tudo o que existe em virtude de uma causa é inferior à causa que a produziu.<sup>27</sup> Logo, a causa que produziu todas as coisas é superior a todas as coisas por ela produzidas.<sup>28</sup> Além disso, como esta causa que existe por si é única, deve-se afirmar que existe uma única causa que exista por si e que esta é superior a todas as outras coisas que existem em virtude dela.<sup>29</sup>

Passemos a considerar a unidade entre o bem e o ser supremo.

### *3. A unidade entre o bem supremo e o ser supremo, princípio de todas as coisas*

Como pudemos verificar, há uma identidade de atributos entre o bem supremo e o ser supremo, princípio único de todas as coisas. Partindo desta identificação, Anselmo chega à seguinte conclusão: existe um ser que é bom por si, que existe por si, que é grande e que comunica o ser, a bondade e a grandeza a todas as coisas que existem. Daí este *ser ser*:

---

<sup>22</sup> *Idem. Ibidem*: “Mas se muitas coisas procedem do mesmo princípio já não têm origem múltipla, e, sim, única (...)”.

<sup>23</sup> *Idem. Ibidem*: “(...) e se existem cada uma por si mesma, deve-se supor, então, a existência de uma força, ou natureza, que possui a propriedade de existir por si, da qual as coisas tiraram a propriedade de existir por si.”

<sup>24</sup> *Idem. Ibidem*

<sup>25</sup> *Idem. Ibidem*: “Portanto, é mais acertado dizer que existem todas por um princípio do que por vários, pois, sem ele, não poderiam subsistir”

<sup>26</sup> *Idem. Ibidem*: “(...) se tudo o que existe procede de uma causa única, é necessário que ela exista por si e o resto derive a sua origem de outra.”

<sup>27</sup> *Idem. Ibidem*: “Mas tudo o que se origina de outro é menor do que a causa que produz todos os seres e que só existe por si”

<sup>28</sup> *Idem. Ibidem*: “Assim, o que existe por si mesmo é superior a todas as coisas”.

<sup>29</sup> *Idem. Ibidem*: “Há, pois, uma causa que, única, é superior a todas as coisas existentes.”

*sumamente ser, sumamente bom e sumamente grande, soberano e acima de todas as outras coisas:*

Mas, aquilo que é superior a todas as coisas, e que comunica o ser, a bondade e a grandeza a tudo o que é bom e grande, torna-se necessário que seja sumamente bom e grande e que esteja soberanamente acima de todas as coisas que existem.<sup>30</sup>

Existe, então, um ser tão superior aos demais que a nossa razão nos atesta que não podemos sequer pensar em algo que lhe seja superior.<sup>31</sup> É a mesma razão que nos manifesta ainda não poder haver uma infinidade de graus na multiplicidade das essências.<sup>32</sup> Por conseguinte, é certo também que não pode haver senão uma única natureza suprema, pois duas naturezas supremas seriam iguais, e já não seriam, por isso mesmo, supremas.<sup>33</sup> Deve-se admitir, então, que exista uma única natureza superior que exceda sumamente todas as demais: “Não pode haver, pois, senão uma só essência suprema”<sup>34</sup>.

Agora bem, a natureza suprema é suprema porque é por ela que todas as outras naturezas são grandes. Enquanto as demais são grandes por ela, ela é grande por si mesma. Melhor: enquanto as demais naturezas são por ela, ela é *por si*. Ora, o que é grande ou possua qualquer outro atributo por comunicação, é evidentemente menor do que aquilo que lhe comunicou a grandeza ou qualquer outra perfeição, e que é por si.<sup>35</sup> Daí que existe uma única natureza suprema e grande por si:

(...) que é boa e grande por si, que é o que é por si, e pela qual existe a bondade e a grandeza e tudo o que há; e ela é o bem supremo, a grandeza suprema, o ser soberano ou subsistente, isto é, o ser por excelência entre todos os seres.<sup>36</sup>

---

<sup>30</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>31</sup> *Idem. Ibidem:* “(...) a razão, todavia, convence-nos haver, entre elas (as naturezas), uma que é tão superior às demais que não admite nenhuma que lhe seja superior.” (O parêntese é nosso).

<sup>32</sup> BOEHNER, Philotheus, GILSON, Etienne. **História da Filosofia Cristã: Desde as Origens até Nicolau de Cusa**. 7ª ed. Trad. Raimundo Vier. Petrópolis: VOZES, 2000. p. 263: “Mas a razão nos diz que não pode haver uma infinidade de graus nas essências.”

<sup>33</sup> *Idem. Ibidem:* “Tal natureza, porém, é forçosamente *única*; pois duas ou mais naturezas supremas, se as houvesse, deveriam ser iguais.”

<sup>34</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>35</sup> ANSELMO. **Monólogo**. IV: “(...) tudo o que é grande por comunicação de outro, evidentemente é menor do que aquilo donde recebeu a grandeza.”

<sup>36</sup> *Idem. Ibidem:* “Quare est quaedam natura, vel substantia, vel essentia, quae est per se bona et magna, et per se est id quod est, et per quam est quidquid vere aut bonum aut magnum aut aliquid est, et que id est summum omnium que sunt.”

Passemos ao arremate do argumento através da “ratio anselmi”

#### 4. A “ratio anselmi”

Depois de tudo, urge constatar que este “o ser do qual não se pode pensar nada maior” existe ao menos na inteligência. Esta é uma constatação inegável, porque, quando ouvimos esta definição, compreendemo-la, e tudo o que se compreende está na inteligência.<sup>37</sup> Acontece que “o ser do qual não se pode pensar nada maior” não pode existir somente na inteligência. Se assim fosse, qualquer outro ser que existisse na inteligência e na realidade, seria maior do que ele.<sup>38</sup> Consequentemente, “o ser do qual não se pode pensar nada maior” não seria “o ser do qual não se pode pensar nada maior”, pois haveria um outro ser maior do que ele, a saber, aquele ser que existisse na inteligência e na realidade. Logo, encontrar-nos-íamos em uma contradição patente, pois teríamos que admitir que “o ser do qual não se pode pensar nada maior” não é “o ser acima do qual não se pode pensar nada de maior”.<sup>39</sup> Partindo destas premissas, Anselmo chega a uma primeira conclusão: “‘o ser do qual não se pode pensar nada maior’ existe, sem dúvida, na inteligência e na realidade”<sup>40</sup>. Sem embargo, a existência é uma perfeição. Por isso “o ser do qual não se pode pensar nada maior” deve existir, necessariamente, fora do pensamento.

E há mais. Este ser deve existir de tal forma que sequer possa ser pensado como não existente; do contrário, poder-se-ia ao menos pensar num ser mais perfeito do que ele, qual seja, num ser que não pudesse “não-existir” no pensamento e na realidade. De fato, “(...) aquilo que não pode ser pensado como não existente, sem dúvida, é maior que aquilo que pode ser pensado como não existente”<sup>41</sup>. Portanto, se “o ser do qual não se pode pensar nada maior” pudesse ao menos ser pensado como não existente, ele não seria “o ser do qual não se

---

<sup>37</sup> ANSELMO. *Proslógio*. Trad. Angelo Ricci. São Paulo: Abril Cultural Ltda., 2000. II: “O insipiente há de convir igualmente que existe na sua inteligência ‘o ser do qual não se pode pensar nada maior’, porque ouve e compreende essa frase; e tudo aquilo que se compreende encontra-se na inteligência.

<sup>38</sup> *Idem. Ibidem.*: “Mas ‘o ser do qual não é possível pensar nada maior’ não pode existir somente na inteligência. Se, pois, existisse somente na inteligência, poder-se-ia pensar que há outro ser existente também na realidade; e que seria maior.”

<sup>39</sup> *Idem. Ibidem.*: “Se, portanto, ‘o ser do qual não é possível pensar nada maior’ existisse somente na inteligência, este mesmo ser, do qual não se pode pensar nada maior, tornar-se-ia o ser do qual é possível, ao contrário, pensar algo maior: o que, certamente, é absurdo.”

<sup>40</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>41</sup> *Idem. Ibidem.* III.



pode pensar nada maior”, o que redundaria em algo ilógico.<sup>42</sup> Assim sendo, “o ser do qual não se pode pensar nada maior” não pode não existir e nem sequer ser pensado como não existente. Destarte, quando falamos do “ser do qual não se pode pensar nada maior” não se trata, apenas, de um ser que deve existir no pensamento e na realidade, mas de um ser cuja não existência no pensamento e na realidade nem sequer pode ser postulada. Anselmo conclui a sua argumentação por meio de uma doxologia; põe fim a todas as dúvidas, identificando este ser com Deus:

Existe, portanto, verdadeiramente “o ser do qual não se é possível pensar nada maior”; e existe de tal forma que nem sequer é admitido pensá-lo como não existente. E esse ser, ó Senhor, nosso Deus, és tu.<sup>43</sup>

A partir de então, pensar que Deus não existe acarreta algo ilógico e absurdo, pois Deus não pode “não-existir” e, tampouco, ser pensado como não existente. Ante tantas evidências que a própria razão humana nos atesta, só um insensato poderia continuar afirmando tal coisa:

Então, por que o insipiente disse em seu coração: “Não existe Deus”, quando é tão evidente, à razão humana, que tu existes com maior certeza que todas as coisas? Justamente porque ele é insensato e carente de raciocínio.<sup>44</sup>

Passemos a analisar a objeção de Gaunilo ao argumento do *Proslogion* e a resposta de Anselmo à referida objeção.

### 5. A objeção de Gaunilo e a resposta de Anselmo

O argumento do *Proslógio* não deixou de sofrer críticas com Anselmo ainda em vida. A mais famosa objeção veio de um irmão de hábito. Trata-se de um confrade seu, Gaunilo, monge de Marmoutier, que critica o argumento de Anselmo, fazendo as vezes do insensato

---

<sup>42</sup> *Idem. Ibidem.* “Por isso, ‘o ser do qual não é possível pensar nada de maior’, se se admitisse ser pensado como não existente, ele mesmo, que é ‘o ser do qual não se pode pensar nada maior’, não seria ‘o ser do qual não é possível pensar nada maior’, o que é ilógico.”

<sup>43</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>44</sup> *Idem. Ibidem.*

que não crê em Deus. Segundo ele, o argumento era inconclusivo por ao menos duas razões. Em primeiro lugar, porque do fato de se poder pensar num ser “maior que todas as coisas” e poder compreender as palavras expressas nesta proposição, não se segue, necessariamente, que ele existe. Afinal, quantas ideias há em nossa inteligência que, de fato, podemos pensar e cujas palavras que as exprimem podemos entender, mas que, o mais das vezes, são duvidosas, quando não falsas ou simplesmente inexistentes. Diz expressamente Gaunilo:

(...) se algo está na minha inteligência somente porque compreendo as palavras que o expressam, então não seria possível, também, afirmar o mesmo a respeito das coisas falsas ou absolutamente inexistentes, isto é, que se encontram na minha inteligência, porque, ao ouvir alguém falar nelas, eu as compreenderia?<sup>45</sup>

A afirmação de que ele já se encontra no intelecto, quando ouço as palavras que o expressam, não satisfaz, porque na minha inteligência pode haver todas as coisas incertas, duvidosas, falsas que alguém queira afirmar e eu possa compreender, ao ouvi-las nomear.<sup>46</sup>

Na percepção de Gaunilo, urge haver dois momentos na inteligência, um dos quais pensa ele ter ignorado Anselmo. O primeiro corresponde a entender o simples significado das palavras; o segundo em verificar se o objeto por ela representado existe na realidade “extra-mental”. É o que afirma, referindo-se à tese de Anselmo: “Se fosse assim, em primeiro lugar, não haveria na inteligência dois momentos, um quando se compreende a idéia do objeto, e outro, a sua existência (...)”<sup>47</sup>. Em segundo lugar, pensa Gaunilo que, se a existência de Deus fosse tão evidente quanto acredita Anselmo, porque haveria a necessidade de arrazoá-la a quem justamente a nega ou duvida dela? Afirma Gaunilo:

(...) se não fosse possível pensar que Deus não existe, então, para que serve toda essa tua discussão ou argumentação dirigida justamente contra quem nega ou duvida que haja essa natureza superior.<sup>48</sup>

Ora, Anselmo não pestaneja em responder às objeções do insensato aduzidas pelo seu confrade. Começa por dizer que ele nunca afirmou nada parecido com o fato de “aquilo que é

---

<sup>45</sup> GAUNILO. **Livro em favor de um insipiente**. Trad. Angelo Ricci. São Paulo: Abril Cultural Ltda., 2000. 2

<sup>46</sup> *Idem. Op. Cit.*

<sup>47</sup> *Idem. Op. Cit.*

<sup>48</sup> *Idem. Op. Cit.*

maior que todas as coisas” ter que existir na realidade por existir na inteligência; antes, sempre fundamentou o seu argumento no “ser do qual não se pode pensar nada maior”:

Em primeiro lugar, tu repetes frequentemente que eu afirmo: “aquilo que é maior que todas as coisas” encontra-se na inteligência e que, portanto, se existe na inteligência, existe também na realidade, porque, do contrário, ele não seria “o ser maior que todas as coisas. *Mas uma afirmação dessa espécie não se encontra em parte nenhuma dos meus escritos e das minhas palavras.*”<sup>49</sup>

De fato, trata-se de coisas diferentes, já que, por mais que nos esforcemos, sempre podemos pensar em algo maior do que a coisa que supomos ser “aquilo que é maior que todas as coisas”. Por isso, quando se trata “daquilo que é maior que todas as coisas”, resta sempre uma dúvida, pois pode tratar-se tão-somente de uma criação da nossa mente. Sendo assim, em se tratando desta ideia, é ao menos possível pensar que o seu objeto realmente não existe, seja porque existe algo maior que ele, seja simplesmente porque é possível pensá-lo como não existente.<sup>50</sup> Agora bem, não ocorre o mesmo com o “ser acima do qual não se pode pensar nada maior”, uma vez que ele está acima do nosso pensamento<sup>51</sup>, e impõe-se à nossa inteligência como um termo que não pode ser por ela ultrapassado. Tanto é assim que, embora compreendamos o que estas palavras (“o ser do qual não se pode pensar nada maior”) signifiquem, não compreendemos, exaustivamente, o objeto por elas significado. Explica Anselmo:

Com efeito, assim como nada impede que se pronuncie a palavra *inefável*, apesar de não podemos expressar o que se designa com *inefável* e, como é possível pensar uma coisa enunciada como *impensável*, embora esta qualificação convenha só a uma coisa que

---

<sup>49</sup> ANSELMO. **Resposta de Anselmo a Gaunilo**. Trad. Angelo Ricci. São Paulo: Abril Cultural Ltda., 2000. 5. (O itálico é nosso).

<sup>50</sup> *Idem. Ibidem*. 5: “Não é fácil, entretanto, afirmar o mesmo do ‘ser maior que todas as coisas’. Com efeito, não é tão evidente que aquilo que é possível ser pensado como não existente não é o ‘ser maior que todas as coisas’, como, ao contrário, isto evidencia-se no caso do ‘ser do qual não se pode pensar nada maior’. Nem é tão claro assim que o ‘ser maior que todas as coisas’, se existe, ou viesse a existir, não seria senão ‘o ser acima do qual não se pode pensar *algo* maior’, como isto é certo no caso do ‘ser do qual não se pode pensar *nada* maior’. De fato, se alguém afirmasse que existe um ser maior que todos os outros e acrescentasse que este admite, todavia, ser pensado como não existente, e que é possível pensar algo – ainda que inexistente – maior do que ele, acaso seria possível argumentar contra essa pessoa que, neste caso, não se trata do ‘ser maior que todas as coisas existentes’ com a mesma evidência e clareza com que se argumentaria para ‘o ser acima do qual não se pode pensar nada maior.’”

<sup>51</sup> O próprio Anselmo alude a este fato, quando afirma no *Proslogion: Idem. Proslógio*. XV: “Portanto, ó Senhor, tu não és apenas aquilo de que não é possível pensar nada maior, mas és, também tão grande que superas a nossa possibilidade de pensar-se. Com efeito, supondo que fosse possível pensar que existe um ser dessa espécie, se tu não fosses esse ser, poder-se-ia pensar uma coisa maior que tu; o que é impossível.”

realmente não pode ser pensada; assim, quando se diz: *o ser do qual não se pode pensar nada maior*, não resta dúvida que esta expressão pode ser pensada e compreendida, ainda que não possa ser pensado e compreendido o ser do qual é impossível pensar maior.<sup>52</sup>

Nem vale a objeção do opositor de que esta ideia não nos dá uma representação exata da essência divina. De fato, se é certo, por um lado, que a ideia não nos desvela completamente a essência divina, por outro, é seguro também que ela nos dá a conhecer pelo menos algo dela. Negar que não se pode pensar na essência divina por não termos dela uma ideia total, corresponde ao absurdo de dizer “(...) que a pessoa que não consegue fixar os olhos na luz puríssima do sol não vê a luz do dia, que outra coisa não é senão a luz do sol”<sup>53</sup>.

Na verdade, o fato a ser destacado é que compreendemos o significado destas palavras – “o ser do qual não se pode pensar nada maior” – e, por isso mesmo, este ser existe em nossa inteligência.<sup>54</sup> Ora, o que existe em nossa inteligência, pode ou não existir na realidade. Todavia, no que toca ao “ser acima do qual não se pode pensar nada maior”, se ele existe em nossa inteligência, existe necessariamente na realidade, uma vez que seria contraditório pensá-lo existente somente na inteligência<sup>55</sup>; fosse assim, ele não seria o “ser acima do qual não se pode pensar nada maior”, já que poderíamos pensar num ser maior que ele, a saber, um ser que existisse na inteligência e na realidade. Por isso, quando pensamos poder pensá-lo como podendo não existir ou no pensamento ou na realidade, não é mais nele que pensamos. Ora, isso torna evidente que:

(...) quem pensa ‘o ser acima do qual não se pode pensar nada maior’ não pensa um ser que *pode* não existir, mas o ser que *não pode* não existir. É necessário, portanto, que o ser que ele pensa exista, porque tudo aquilo que pode não existir não é aquilo que ele pensa.<sup>56</sup>

Logo, o fato de compreendermos as palavras “o ser acima do qual não se pode pensar nada maior”, implica que ele exista na inteligência, e implica, ademais, na possibilidade de ele

---

<sup>52</sup> *Idem. Resposta de Anselmo a Gaunilo*. 9: “Com efeito, assim como nada impede que se pronuncie a palavra *inefável*, apesar de não podemos expressar o que se designa com *inefável* e, como é possível pensar uma coisa enunciada como *impensável*, embora esta qualificação convenha só a uma coisa que realmente não pode ser pensada; assim, quando se diz: *o ser do qual não se pode pensar nada maior*, não resta dúvida que esta expressão pode ser pensada e compreendida, ainda que não possa ser pensado e compreendido o ser do qual é impossível pensar maior.”

<sup>53</sup> *Idem. Ibidem*. 1.

<sup>54</sup> *Idem. Ibidem*. 9: “(...) ‘o ser do qual não se pode pensar nada maior’, é compreendido por nós e se encontra em nossa inteligência (...)”.

<sup>55</sup> *Idem. Ibidem*. 1: “(...) se é possível pensá-lo como existente, é necessário que exista”

<sup>56</sup> *Idem. Ibidem*. 9.

existir na realidade. Só que, no que tange ao “ser acima do qual não se pode pensar nada maior”, a simples possibilidade de ele existir na inteligência, implica que ele exista, de fato e necessariamente, fora dela. Assevera o Arcebispo de Cantuária: “(...) se é possível concebê-lo pelo pensamento, é impossível que não exista”<sup>57</sup>. Ademais, existir necessariamente não é simplesmente existir, mas existir de tal forma que sequer pode ser pensado como não existente. Neste sentido, Anselmo propõe-se provar não somente que Deus existe necessariamente na inteligência e na realidade, senão que ele não pode não existir nem na inteligência e nem na realidade, e que, *ipso facto*, nem pode ser pensado como não existente. Desta feita, torna-se manifesto que “o ser acima do qual não se pode pensar nada maior” existe necessariamente e não pode não existir, e nem ser pensado como não existente: “(...) o ser acima do qual não é possível pensar nada maior não pode ser pensado como não existente”<sup>58</sup>. Anselmo não deixa dúvidas quanto a este ponto:

Se, pois, alguém afirmasse “o ser do qual não se pode pensar nada maior” não existe e que pode não existir e que pode ser pensado não existir na realidade, seria fácil refutá-lo. Efetivamente, aquilo que não existe pode não vir a existir; e o que pode ser pensado como não existente – se existe – não é “o ser do qual não se pode pensar nada maior”. Mas não se pode dizer que “o ser do qual não se pode pensar nada maior”, se existe, não é “o ser acima do qual não se pode pensar nada maior”, ou que, se viesse a existir, não seria “o ser do qual não se pode pensar nada maior”. Está claro, pois, que ele não apenas existe, mas que não pode não existir e que não pode ser pensado como não existente; do contrário – se existe –, não é aquilo que se diz que é, e – se viesse a existir –, não seria aquilo que se diz que seria.<sup>59</sup>

Desta sorte, o Arcebispo de Cantuária pode dizer que, não somente pela fé, “Cremos, pois, com firmeza, que tu és um ser do qual não é possível pensar nada maior”<sup>60</sup>, mas também pela razão sabemos com firmeza e clareza, que “o ser acima do qual não se pode pensar nada maior” existe e não pode não existir, nem ser pensado como não existente, e que este ser é idêntico a Deus. Portanto, a razão nos atesta que Deus existe e “(...) nem é possível sequer pensar que Deus não existe”<sup>61</sup>.

Passemos às considerações finais do texto.

---

<sup>57</sup> *Idem. Ibidem.* 1.

<sup>58</sup> *Idem. Ibidem.* 3.

<sup>59</sup> *Idem. Ibidem.* 5.

<sup>60</sup> *Idem. Proslógio.* II.

<sup>61</sup> *Idem. Ibidem.* III.

## *Conclusão*

A prova de Anselmo da existência de Deus é, afinal, a prova da existência do ser necessário. De fato, todos os seres contingentes podem existir e não existir, vir a existir ou deixar de existir. E essa contingência denota que eles tiveram um princípio. Ao contrário, “o ser acima do qual não se pode pensar nada maior” não admite ser pensado como tendo um princípio, posto que, se assim fosse, aqueloutro que não teve princípio seria maior do que ele. Destarte:

(...) “o ser do qual não se pode pensar nada maior” não admite ser pensado como existente a não ser sem princípio, quando, ao contrário, tudo aquilo que pensamos como existente porque teve início admite ser pensado como existente ou não. Conseqüentemente, “o ser acima do qual não se pode pensar nada maior” não pode ser pensado como existente e não existente.<sup>62</sup>

Ao chegar ao limiar da especulação racional, Anselmo descobre que este “ser do qual não se pode pensar nada maior” coincide com a própria substância divina professada pela sua fé, a qual, segundo ele mesmo diz:

(...) cremos dever-lhe atribuir tudo aquilo que é absolutamente melhor ser do que não ser, como, por exemplo, ser eterno do que não eterno, ser bom do que não ser bom, ser, aliás, a própria bondade do que não sê-lo.

Ora, segundo a observação do Arcebispo de Cantuária, “(...) *o ser do qual não se pode pensar nada maior* não pode não ser todas estas coisas”<sup>63</sup>. Logo, só resta dizer “(...) que, com a propriedade *o ser do qual não se pode pensar nada maior*, alcançamos a essência divina”<sup>64</sup>. “Portanto – diz Anselmo – é próprio de Deus não poder ser pensado como não existente (...)”<sup>65</sup>, e isso pode ser atestado, como vimos, também pela razão, independentemente da fé e da Revelação:

---

<sup>62</sup> *Idem. Resposta de Anselmo a Gaunilo*. 1.

<sup>63</sup> *Idem. Ibidem*. 10.

<sup>64</sup> *Idem. Ibidem*.

<sup>65</sup> *Idem. Ibidem*. 4. (Os travessões são nossos).

É fácil confutar, pois, o insipiente que não admite a autoridade das Sagradas Escrituras, caso negue pode-se chegar ao “ser acima do qual não se ponde pensar nada maior”, partindo de dados reais.<sup>66</sup>

---

<sup>66</sup> *Idem. Ibidem. 8.*

## ***BIBLIOGRAFIA***

ANSELMO. **Monólogo**. Trad. Angelo Ricci. São Paulo: Nova Cultural, 1980.

\_\_\_\_\_. **Proslógio**. Trad. Angelo Ricci. São Paulo: Abril Cultural, 2000.

\_\_\_\_\_. **Resposta de Anselmo a Gaunilo**. Trad. Angelo Ricci. São Paulo: Abril Cultural Ltda., 2000.

BOEHNER, Philotheus, GILSON, Etienne. **História da Filosofia Cristã: Desde as Origens até Nicolau de Cusa**. 7<sup>a</sup> ed. Trad. Raimundo Vier. Petrópolis: VOZES, 2000. pp. 151 a 157.

GAUNILO. **Livro em favor de um insipiente**. Trad. Angelo Ricci. São Paulo: Abril Cultural Ltda., 2000.

GILSON, Etienne. **A Filosofia Na Idade Média**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995. pp. 142 a 158.



This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.